

Alentejo 2030

“Desafiar o Futuro”

Plano de Ação

Cooperação
Territorial



Relatório Final

**Plano de Ação Cooperação Territorial
- Relatório Final -**

Índice

ELEMENTOS DE SÍNTESE	1
1 - ELEMENTOS-SÍNTESE DE CONTEXTO	3
2 - RACIONAL DE INTERVENÇÃO	5
3 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
4 - TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO	11
5 - NECESSIDADES DE GOVERNAÇÃO	17
ANEXO- ELEMENTOS DE CONTEXTO	21



Plano de Ação Cooperação Territorial - Relatório Final -

ELEMENTOS DE SÍNTESE

📌 **Conteúdos-chave**

- Balanço das condicionantes da experiência de cooperação e necessidade de desenvolver abordagens focadas na relação com Estratégias, quadro de interesses regionais e experiência de cooperação dos diversos atores.
- Principais domínios setoriais de iniciativas e projetos.
- Necessidade de conceber e dinamizar projetos comuns orientados para o reforço da competitividade territorial e a capacidade de inovação nos espaços de cooperação transfronteiriça - condição para alcançar maior participação dos agentes do território, entidades de pequena escala no acesso aos apoios, ampliando o acesso aos benefícios dos programas através de plataformas digitais existentes.
- Sistematização de orientações do novo PO de Cooperação Portugal-España-POCTEP 2021-2027 e do Plano de Ação para o Atlântico 2.0 (Cooperação marítima).
- POCTEP 2021-2027, desenvolver conceito de áreas funcionais:
 - conceito de *áreas funcionais* que visa acolher tendências e dinâmicas de desenvolvimento (fluxos económicos e sociais em territórios contíguos) que adquirem relevância e se situam além dos limites administrativos dos aglomerados populacionais;
 - a nova visão para os programas Interreg baseada em áreas funcionais tem respaldo no artigo 22º do Regulamento de Disposições Comuns (“desenvolvimento de um determinado território”);
 - as áreas funcionais implicam a existência de mecanismos de governação, de um sistema de relações de cooperação em torno de problemas/potencialidades comuns, e de relações funcionais suportadas pela mobilidade e comunicações;
 - com a assunção das áreas funcionais abre-se a possibilidade de evoluir de uma classificação de territórios baseada nas especificidades geográficas, em favor do quadro económico e institucional do espaço territorial.
- Participação do Alentejo nos instrumentos da cooperação territorial deverá privilegiar quatro eixos centrais: (a) Mobilidade e Conetividade territorial (consolidação de infraestruturas físicas de conetividade territorial e digitais); (b) Consolidação e Gestão conjunta de Serviços de Interesse Geral (educação, saúde, serviços sociais, proteção civil-vantagens de provisão conjunta); (c) Gestão de recursos naturais (infraestruturas verdes e recursos hídricos e marinhos); e (d) Desenvolvimento económico e inovação territorial (dinâmicas empresariais na envolvente territorial das redes rodoferroviárias que atravessam a fronteira e das plataformas logísticas - atração de pessoas, empresas e novas atividades e valorização de recursos).

📌 **Articulação com outros PA e Instrumentos regionais**

- Articulação importante com o Plano de Ação Infraestruturas económicas, de Suporte logístico e Empreendedorismo, na dinamização de vertentes económico empresariais da figura das Eurocidades (eixo Elvas - Campo Maior - Badajoz).

Plano de Ação Cooperação Territorial
- Relatório Final -

- Relevância da concretização de investimentos PNI 2030 que potenciam a abertura do Alentejo ao exterior (relação transfronteiriça e marítima - fachada Atlântica).
- Ligação dos recursos regionais da Economia Azul (valorizada pela EREI Alentejo 2030) na abordagem ao Plano de Ação para o Atlântico 2.0

🔗 Elementos de Governança

- Capacitação das organizações regionais já existentes (nomeadamente, Euroregiões e Eurocidades);
- Constituição de plataformas colaborativas transfronteiriças.

Plano de Ação Cooperação Territorial - Relatório Final -

1 - ELEMENTOS-SÍNTESE DE CONTEXTO

A análise da trajetória de aprovação de projetos nos espaços de cooperação territorial transfronteiriça em que o Alentejo tem participado, evidencia o envolvimento de parceiros promotores e beneficiários em projetos de áreas temáticas relevantes para a região e que se afiguram com interesse na produção de resultados. Esta trajetória pode acomodar uma participação mais ambiciosa e qualificada das entidades regionais, sobretudo em domínios de prioridade com interesse estratégico para o Alentejo, no contexto das orientações do Pacto Ecológico Europeu e das escolhas da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI Alentejo 2030). Entre os elementos temáticos mais promissores dessa participação, destacam-se:

- Eficiência no uso da água, através da utilização de energias renováveis;
- Inovação social e responsabilidade social empresarial;
- Dinamização do setor cultural e criativo;
- Fomento do crescimento sustentável da economia azul;
- Estratégias de desenvolvimento turístico sustentável assentes na valorização da herança mediterrânica;
- Estratégias de inovação das redes e clusters de atividades da economia azul;
- Restauração de cadeias de biodiversidade e variedades endógenas (agro-sistemas e ambientes naturais);
- Gestão sustentável da biodiversidade e desenvolvimento socioeconómico de áreas rurais;
- Experimentação e desenvolvimento de atividades da economia circular;
- Valorização bem sucedida de resultados da I&D+I, p. ex., em termos de estratégias comerciais.

A Estratégia de Especialização Inteligente do Alentejo para o período de programação 2021-2027 considera importante “dar continuidade e reforçar a vertente da cooperação territorial, em especial no âmbito das Euroregiões e tomando por base as estratégias regionais de especialização inteligente”. Trata-se de potenciar vertentes de trabalho que utilizem as estratégias de especialização inteligente como espaços indutores de cooperação territorial, em suporte ao processo de desenvolvimento transfronteiriço.

Neste contexto, a EREI Alentejo 2030 identifica como prioritários domínios em que a cooperação poderá proporcionar escala para potenciar resultados e dinamizar processos de maior abertura e internacionalização em termos de inovação, transferência e apropriação de conhecimento.

A bioeconomia, a energia e o turismo são apontados como tendo grande “potencial de alavancagem de projetos comuns em que as regiões poderão obter mais valias optando por estratégias conjuntas com os aspetos funcionais a sobreporem os territoriais”. A título de exemplo de projetos comuns, refira-se o trabalho de integração do hidrogénio verde na realidade regional (Linha de Ação Específica da Energia sustentável da EREI), com participação ativa da Agência de Desenvolvimento Regional (membro fundador do Agrupamento Europeu de Interesse Económico, na área do Hidrogénio verde SOI H2 ALEX), prolongando um histórico de parcerias com representantes e agentes de outros territórios transfronteiriços.

Plano de Ação Cooperação Territorial - Relatório Final -

2 - RACIONAL DE INTERVENÇÃO

Os territórios do interior e da fronteira devem ser encarados como centralidades no espaço peninsular, um espaço que concentra várias circunstâncias negativas para o desenvolvimento, mas que tem os seus próprios recursos (ambientais, culturais, patrimoniais e derivados da sua própria condição: uma forte identidade, resiliência e potencialidades intransferíveis que constituem um recurso inalienável.

Neste sentido, a Cooperação transfronteiriça deve contribuir ativamente para preservar, melhorar e investir no que é intransferível e característico trabalhando o que é próprio, valorizar e destacar o que é essencial e identitário, desde logo os seus residentes, que importa fixar e manter limiares demográficos, articular medidas dirigidas à competitividade das economias de fronteira e criar condições para uma articulação entre os territórios, através da execução de infraestruturas imprescindíveis para melhorar a conectividade e trazer novas centralidades às regiões raianas. Entre essas medidas, salienta-se:

- a gestão e regeneração de espaços urbanos, com partilha efetiva de recursos e de serviços de proximidade, de apoio social, de bem estar e de saúde, entre outros;
- a criação de serviços públicos transfronteiriços destinados à melhoria da cidadania e à articulação do território, nomeadamente transportes públicos, que garantam uma mais eficiente mobilidade intra-territorial e transfronteiriça;
- a dinamização de recursos económicos de base produtiva e empresarial de suporte à atratividade de territórios deprimidos.

No enquadramento do Pacto Ecológico Europeu e das orientações e prioridades do novo ciclo da Política de Coesão, o desenvolvimento transfronteiriço deve contemplar uma importante intervenção focada na criação de corredores verdes transnacionais. Esta infraestrutura verde deverá abranger as Áreas Protegidas, a Rede Natura 2000, o Regime Florestal, os corredores ecológicos associados às bacias hidrográficas, as florestas, os ecossistemas florestais e outros habitats naturais prioritários. Trata-se do grande sumidouro de carbono e repositório de biodiversidade e uma reserva para uma nova economia baseada na natureza e no local, para além de se posicionar como última barreira ao avanço dos processos de desertificação em curso em grande parte dos territórios de fronteira.

A cooperação deve centrar-se na prevenção de riscos e gestão dos fogos rurais e na implementação de programas de transformação da paisagem que assumam o capital natural e os serviços dos ecossistemas como alavanca para uma abordagem integrada, de médio-longo prazo, e apontem para a recuperação de áreas ardidas, para o restauro de ecossistemas florestais de alto valor natural e para a reparação de zonas vulneráveis.

Em idêntico sentido, existe outro domínio infraestrutural natural nas áreas de fronteira, constituído pelos rios e bacias hidrográficas, recursos cujo uso racional e eficiente, com intervenção nos aproveitamentos hidroagrícolas e nos regadios tradicionais existentes, deve representar uma prioridade para trazer novas economias às regiões do interior.

A partir do mapeamento dos serviços de ecossistemas (conhecer recursos e projetar uma ocupação cultural dos perímetros de rega), importa conceber e partilhar um programa comum de sustentabilidade de regadios, conciliável com a disponibilidade de água futura que salvaguarde as questões da biodiversidade e da conservação do solo.

A criação de “comunidades transfronteiriças” deve significar partilhar uma visão de futuro e promover a solidez nas relações e modelos de colaboração institucional inovadores, dar sentido estratégico no aproveitamento dos recursos e consolidar infraestruturas naturais e materiais, estimular parcerias de negócios, dinamizar bolsas de emprego e atrair investimentos produtivos.

Plano de Ação Cooperação Territorial - Relatório Final -

Essa perspetiva deve estar presente no relançamento institucional e económico da figura da Eurocidade Elvas/Badajoz/Campo Maior, que reúne mais de 200 mil habitantes e está inserida no Eixo Lisboa-Madrid-Barcelona, denominado por "Diagonal Continental Europeia da Península Ibérica", projeto que faz parte de uma rede transeuropeia de transporte, comércio, investigação e desenvolvimento.

A Eurocidade pretende reforçar a projeção exterior dos três territórios, atrair e fixar pessoas e investimento e "criar dinâmicas de emprego e crescimento".

As autarquias promotoras assumem o projeto como um "centro nevrálgico económico" da Península Ibérica, aproveitando a proximidade do aeroporto de Badajoz, a linha ferroviária de mercadorias Sines-Caia-Madrid e a criação da plataforma logística do sudoeste europeu, polinucleada entre Elvas e Badajoz.

O reforço da Cooperação territorial entre regiões tem de ser abordado na programação e deve ocorrer nas **vertentes da Cooperação Transfronteiriça e da Estratégia Atlântica**.

Nesta última vertente, o *Plano de Ação para o Atlântico 2.0* ("Uma Nova Abordagem da Estratégia Marítima para a Região Atlântica") - COM (2020) de 23-07- incorpora Pilares de intervenção com relevante interesse para o Alentejo:

- I. Os Portos do Atlântico, enquanto portas de entrada e placas giratórias da Economia Azul;
- II. Competências azuis do futuro e Literacia Oceânica;
- III. Energias Renováveis Marinhas; e
- IV. Um Oceano Saudável e Zonas Costeiras Resilientes).

Em síntese, as principais finalidades da cooperação entre as regiões no horizonte 2030 deverão inscrever-se nas lógicas de desenvolvimento territorial e orientadas para a eliminação dos custos de contexto na fronteira, melhoria das condições de vida dos cidadãos das várias regiões, nomeadamente através da otimização de recursos e da utilização partilhada de infraestruturas, equipamentos e serviços de interesse geral.

No horizonte 2021-2027, o *Border Orientation Paper Spain-Portugal* adota um conjunto de apostas estratégicas de largo espectro face à natureza dos recursos e à capacidade dos tomadores de iniciativa de intervenções:

- ✓ Crescimento, Competitividade e Conetividade (Inovação, Iniciativa empresarial e Empreendedorismo, Digitalização e ligações de conetividade, sobretudo, ferroviárias);
- ✓ Economia Verde de Baixo Carbono (transição energética, economia circular, adaptação climática e gestão de riscos, áreas naturais e biodiversidade);
- ✓ Emprego, Educação, Saúde e Inclusão.

Este conjunto de apostas estratégicas, exigente à luz das dinâmicas de iniciativa dos agentes regionais na dinamização de projetos de cooperação transfronteiriça fundamenta duas principais linhas de abordagem relevantes para a concretização de Desafios da Estratégia Regional Alentejo 2030:

- (a) Abordagem dentro do espírito, finalidades e conteúdos das Estratégias Regionais de Especialização Inteligente compreendendo a mobilização de recursos em áreas temáticas de interesse comum para ambos os lados da fronteira [Bioeconomia sustentável (agroalimentar, economia azul - circularidade), Serviços de turismo e Hospitalidade, Mobilidade e Energias sustentáveis, ...].
- (b) Abordagem dentro da matriz heterogénea de Serviços de Interesse Geral.

Em face da reduzida relevância que a cooperação transfronteiriça tem revestido em alguns destes domínios temáticos, este conjunto de orientações deve ser encarado como uma oportunidade para potenciar as intervenções que estimulam a ligação entre centros urbanos e áreas de influência, atribuir prioridade a ações nos domínios de ensino, da saúde, das infraestruturas básicas e de apoio à atividade económica, a par da remoção de barreiras na acessibilidade aos serviços públicos e da integração estes serviços.

A concretização de oportunidades para potenciar intervenções, pressupõe um conjunto convergente de atuações:

Plano de Ação Cooperação Territorial
- Relatório Final -

- reforçar a capacidade institucional para a promoção de projetos;
- melhorar a coordenação e complementaridade entre os diversos programas (CTE, Regionais e Temáticos);
- estruturar parcerias de projeto com escala para gerar impactos nos territórios, na atividade das empresas e dos cidadãos;
- criação de plataformas colaborativas transfronteiriças, em áreas económicas, de comercialização, artísticas e culturais, ... visando dinamizar de modo consistente a integração transfronteiriça;
- adoção de mecanismos de governação multinível para o ciclo de vida das ações (conceção, gestão, monitorização, ...).

Nesta perspetiva, a *Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço* e o futuro *Programa Operacional* constituem importantes quadros de referência para gerar oportunidades económicas de cooperação territorial devendo permitir abordar também os desafios da digitalização e da criação de emprego nas zonas transfronteiriças.

Plano de Ação Cooperação Territorial - Relatório Final -

3 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A Cooperação territorial é abordada na Estratégia Portugal 2030 (Resolução do Conselho de Ministros, nº 98/2020, de 13 de novembro) nos seguintes termos:

- Dinamização de um novo paradigma na relação transfronteiriça no sentido de favorecer a coesão territorial desses espaços;
- Aprofundamento do mercado único europeu;
- Mobilização da ação concertada de ambos os lados da fronteira;
- Orientação para o mercado ibérico dos territórios de fronteira, promovendo o planeamento integrado da cooperação e incentivando a atividade económica nos territórios confinantes com Espanha:
 - promoção da competitividades e atratividade;
 - preservação e valorização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais comuns;
 - aumento da resiliência dos territórios fronteiriços aos riscos e catástrofes;
 - eliminação de barreiras e custos de contexto à mobilidade (intervenções da Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço ECDT)
[Articulação com intervenções prosseguidas no âmbito da competitividade e coesão nos territórios do interior)
- Melhoria das várias ligações rodo-ferroviárias transfronteiriças (conetividade externa/ /infraestruturas de conexão internacional).

A **Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço (ECDT)** estabelece os seguintes *Objetivos Estratégicos*:

- i. Garantir a igualdade de oportunidades e o livre exercício dos direitos de cidadania no quadro do desenvolvimento desta Estratégia.
- ii. Garantir a provisão adequada de serviços básicos a todas as pessoas, adaptada às características do território, e aproveitando recursos de ambos os lados da fronteira.
- iii. Eliminar barreiras e custos do contexto, facilitando a interação transfronteiriça e reforçando as dinâmicas de cooperação.
- iv. Promover a atratividade dos territórios de fronteira, fomentando o desenvolvimento de novas atividades económicas e de novas iniciativas empresariais.
- v. Favorecer a fixação de população nas áreas transfronteiriças, facilitando a instalação de pessoas, quer para residência habitual, quer temporária, apostando em novas formas de integração e vinculação que gerem dinamismo no território.

Para alcançar os Objetivos Estratégicos propostos, as ações a desenvolver serão concentradas em cinco *áreas ou objetivos temáticos*:

- i. Mobilidade transfronteiriça e eliminação dos custos de contexto.
- ii. Infraestruturas, físicas e digitais, e conectividade territorial: vias de comunicação, internet e rede móvel.
- iii. Gestão conjunta de serviços básicos nas áreas de educação, saúde, serviços sociais, proteção civil ou outros em que se verifiquem vantagens na provisão conjunta.
- iv. Desenvolvimento económico e inovação territorial: atração de pessoas, empresas e novas atividades.
- v. Ambiente, centros urbanos e cultura.

Plano de Ação Cooperação Territorial - Relatório Final -

No âmbito do aprofundamento técnico dos documentos preparatórios do POCTEP 21-27, o respetivo Grupo de Trabalho consolidou as seguintes escolhas que constituem um quadro de referência relevante para a focagem temática de projetos, parcerias e candidaturas:

- incorporar referências à cultura, património e turismo de forma expressa nos distintos níveis de programação (prioridades, objetivos e atuações);
- integrar o desafio demográfico (despovoamento e envelhecimento), em todos os níveis de planificação, com especial referência às oportunidades que oferecem as ações em torno do emprego;
- assegurar a integração da biodiversidade, energias renováveis e economia circular para o desenvolvimento da estratégia, vinculado às alterações climáticas;
- integrar referências à investigação em saúde e à inovação social, ao nível das ações;
- tratar os elementos vinculados à economia azul e zonas costeiras ao nível das ações;
- incorporar a formação num sentido alargado, não restrito ao turismo;
- incorporar as micro empresas na abordagem dos apoios ao tecido produtivo;

As ações propostas serão apenas orientadoras, de modo a não limitar a variedade ou amplitude de outras ações que possam ser desenvolvidas.

No domínio dos instrumentos pensados e concebidos ao longo do tempo para enquadrar intervenções nos territórios de fronteira, importa recordar o **Programa Nacional de Coesão Territorial**, que comporta um capítulo específico para a cooperação transfronteiriça, bem como o Programa de Valorização do Interior (Resolução do Conselho de Ministros, 2018), que lhe sucedeu e integra o mesmo elenco de ações e medidas, identificadas e caracterizadas, no que se refere à Cooperação transfronteiriça.

Finalmente, acresce o acervo de medidas que visam ultrapassar as restrições em matéria fiscal, laboral, administrativa, entre outras, que limitam e impedem que estes territórios progridam e aproveitem em seu benefício as suas sinergias e recursos: os AECT, idealmente criados para permitir a resolução de problemas concretos e específicos da fronteira, não ultrapassaram, depois de uma década de existência, os obstáculos que se lhes eram colocados no início, persistindo condicionantes administrativas advenientes dos diferentes regimes legais de cada Estado-Membro.

Na componente relativa à **Estratégia Marítima e Ação para o Atlântico**, importa ter presente as **Ações de intervenção prioritárias** constantes da **Estratégia Nacional para o Mar 2030** que deverá influenciar as prioridades na apropriação em Portugal das Orientações para acesso e mobilização dos financiamentos do FEAMP, prioridades de intervenção já trabalhadas em projetos de cooperação territorial por atores regionais:

- AI1. Ciência e Inovação
- AI2. Educação, Formação, Cultura e Literacia do Oceano
- AI3. Biodiversidade e Áreas Marinhas Protegidas
- AI4. Bioeconomia e Biotecnologia Azul
- AI5. Pescas, Aquicultura, Transformação e Comercialização
- AI6. Robótica e Tecnologias Digitais
- AI7. Energias Renováveis Oceânicas
- AI8. Turismo, Náutica de Recreio e Desporto
- AI9. Portos, Transportes Marítimos e Logística
- AI10. Estaleiros, Construção e Reparação Naval
- AI11. Gestão do Litoral, Obras e Infraestruturas
- AI12. Recursos não-vivos
- AI13. Segurança, Defesa e Vigilância Marítima.

Plano de Ação Cooperação Territorial - Relatório Final -

4 - TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO

No âmbito dos trabalhos preparatórios do POCTEP 2021-2027 foram identificados diversos aspetos regulamentares face ao período da programação 2014-2020 que interferem com o desenvolvimento do novo Programa transfronteiriço Portugal-Espanha. Entre esses aspetos, salientam-se os seguintes:

- conceito de *áreas funcionais* que visa acolher tendências e dinâmicas de desenvolvimento (fluxos económicos e sociais em territórios contíguos) que adquirem relevância e se situam além dos limites administrativos dos aglomerados populacionais; acolhendo essa perspetiva, estão a ser trabalhadas, como território funcional, as eurorregiões;
- a nova visão para os programas Interreg baseada em áreas funcionais tem respaldo no artigo 22º do Regulamento de Disposições Comuns (“desenvolvimento de um determinado território”);
- as áreas funcionais implicam a existência de mecanismos de governação, de um sistema de relações de cooperação em torno de problemas/potencialidades comuns, e de relações funcionais suportadas pela mobilidade e comunicações;
- com a assunção das áreas funcionais abre-se a possibilidade de evoluir de uma classificação de territórios baseada nas especificidades geográficas, em favor do quadro económico e institucional do espaço territorial.

Em *síntese*, o ponto de partida das estratégias de desenvolvimento territorial (instrumento com base no qual será implementado o **Objetivo de Política OP 5**) deve resultar da identificação e fixação das áreas funcionais, num processo que envolve: consulta inicial às entidades de cooperação; proposta de áreas funcionais; seleção de áreas funcionais potenciais; nova consulta; seleção final; e início do processo visando a “Estratégia de Desenvolvimento Territorial”.

Os trabalhos desenvolvidos em 2019 pelo Conselho da Europa tinham delimitado 17 tipologias territoriais com potencial para se converter em **áreas funcionais**:

- ✓ *Zonas delimitadas por especificidades geográficas*: áreas com importante património natural (paisagem natural); áreas de delta; áreas insulares; zonas costeiras; zonas de montanha; zonas ribeirinhas; e zonas transfronteiriças (nesta aceção, em teoria, a zona de influência do Alqueva poderia constituir a geometria de uma área funcional).
- ✓ *Zonas delimitadas por critérios socioeconómicos (ou ambos os critérios)*: áreas despovoadas/áreas em risco de pobreza; áreas em processo de reconversão industrial; áreas funcionais com importante património cultural (paisagem antrópica); áreas funcionais com paisagem cultural complexa (paisagem multifuncional); áreas funcionais urbanas; cluster e regiões inovadoras; Zonas económicas Livres; Zonas funcionais rurais; Zonas turísticas; e áreas de cooperação transnacional.

Esta classificação foi utilizada como referência para a determinação dos critérios de delimitação das áreas funcionais em que será estruturado o POCTEP 2021-2027 (cf. “Servicios para la Preparación del Programa... – Temática 2. Áreas funcionales”. Interreg España -Portugal). Por proposta do Grupo de Trabalho serão consideradas as eurorregiões, como áreas funcionais de focagem da programação.

No enquadramento dos Objetivos Estratégicos da *Estratégia Regional Alentejo 2030*, das intervenções previstas no *PNI 2030* e das prioridades resultantes do *Pacto Ecológico Europeu*, a participação do Alentejo no desenvolvimento da cooperação territorial deveria privilegiar quatro eixos centrais:

- (a) Mobilidade e Conetividade territorial;
- (b) Consolidação e Gestão conjunta de Serviços de Interesse Geral;
- (c) Gestão de recursos naturais (infraestruturas verdes e recursos hídricos e marinhos);

**Plano de Ação Cooperação Territorial
- Relatório Final -**

(d) Desenvolvimento económico (dinâmicas empresariais na envolvente territorial das redes rodoferroviárias que atravessam a fronteira e das plataformas logísticas).

No cruzamento entre a Gestão de recursos naturais e o Desenvolvimento económico considera-se de explorar as condições para o fomento de cadeias agro-alimentares e florestais sustentáveis, que não comprometam os recursos (hídricos, solos, humanos) a médio e longo prazo, com incentivo à manutenção do sistema de Montado, enquanto travão fundamental à desertificação.

A dinamização da procura, a refletir na candidatura de projetos dentro dos domínios de intervenção deste conjunto de eixos centrais, designadamente das alíneas b) a d), deverá envolver o tecido de atores da Região Alentejo não apenas os que têm desenvolvido experiências enquanto entidades promotoras e entidades parceiras no âmbito das várias gerações e territorialidades do Programa Interreg e do POCTEP 2014-2020, mas também outras entidades beneficiárias menos presentes nessas dinâmicas de iniciativa de projeto e parceria.

A natureza dos eixos centrais identificados apela a uma participação qualificada na procura dirigida aos apoios do programa de um perfil compósito de entidades:

- Organismos desconcentrados da Administração Central (nomeadamente com competências de tutela setorial, sobretudo, em domínios de intervenção dos serviços de interesse geral e gestão dos recursos naturais;
- Entidades com missão e atividades nos domínios do desenvolvimento económico e empresarial regional (Agência de Desenvolvimento Regional, Associações Empresariais, ...);
- Instituições de Ensino Superior e centros/unidades de Investigação e Desenvolvimento;
- Comunidades Intermunicipais; e
- Associações de Desenvolvimento Local.

A ativação deste perfil de entidades deverá contribuir, em simultâneo, para:

- qualificar os projetos a apresentar no âmbito das Convocatórias do POCTEP 2021-2027, em termos de fundamentação técnica e profundidade temática, de estruturação de ações e de composição de parcerias;
- alargar o leque de beneficiários diretos das ações apoiadas, nomeadamente, reforçando a proximidade de modo a trazer para o campo do Programa as microempresas, os agentes culturais, os cidadãos e as populações transfronteiriças, em geral.

Matriz de relação entre Eixos centrais da abordagem Alentejo da Cooperação Territorial e Objetivos Específicos das Prioridades do POCTEP 2021-2027

EIXOS CENTRAIS (ABORDAGEM ALENTEJO)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS (PRIORIDADES POCTEP 2021-2027)
<i>Consolidação de Infraestruturas físicas, de conectividade territorial e digitais</i>	[Os investimentos materiais nestas infraestruturas não farão parte das elegibilidades do POCTEP 2021-2027. No entanto, existem intervenções previstas no quadro do PRR que constam doo Programa Nacional de Investimentos 2030, nomeadamente na vertente Transportes]
<i>Gestão de recursos naturais (infraestruturas verdes e recursos hídricos e marinhos)</i>	OE 2.2. Promoção de medidas orientadas para o fomento das Energias renováveis OE 2.4. Promoção da adaptação às alterações climáticas, a prevenção de riscos e a resiliência face às catástrofes OE 2.7. Promoção da biodiversidade, as infraestruturas verdes no meio urbano e reduzindo a poluição.

**Plano de Ação Cooperação Territorial
- Relatório Final -**

EIXOS CENTRAIS (ABORDAGEM ALENTEJO)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS (PRIORIDADES POCTEP 2021-2027)
<i>Gestão conjunta de serviços básicos nas áreas de educação, saúde, serviços sociais, proteção civil em que se verifiquem vantagens na provisão conjunta.</i>	<p>OE 4.1. Melhoria da eficácia dos mercados de trabalho e o acesso ao emprego de qualidade, mediante o desenvolvimento da inovação social e as infraestruturas</p> <p>OE 4.2. Melhoria do acesso a serviços inclusivos e de qualidade no âmbito da educação, a formação e a aprendizagem permanente</p> <p>OE 4.4. Garantia da igualdade de acesso à assistência sanitária, incluindo cuidados primários</p> <p>OE 5.2. Fomento do desenvolvimento integrado em matéria social, económica e ambiental, o património cultural e a segurança, em particular nas zonas rurais e costeiras através de um desenvolvimento local participativo.</p>
<i>Desenvolvimento económico e inovação territorial: atração de pessoas, empresas e novas atividades, e valorização de recursos.</i>	<p>OE 1.1. Melhorando as capacidades de investigação e inovação e a assimilação de tecnologias avançadas</p> <p>OE 1.2. Aproveitando as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e as Administrações</p> <p>OE 1.3. Fomentando o crescimento e a competitividade das PMEs</p> <p>OE 1.4. Desenvolvendo capacidades para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo.</p>

No quadro da Comunicação “**Uma Nova Abordagem da Estratégia Marítima para a Região Atlântica - Plano de Ação para o Atlântico 2.0**”, a Comissão Europeia desenvolveu um Plano de Ação atualizado para uma economia azul sustentável, resiliente e competitiva na região atlântica da União Europeia.

A tabela seguinte sistematiza o quadro lógico que decorre do referido Plano de Ação, cruzando Pilares/Objetivos/exemplos de Ações enquadráveis para iniciativas de cooperação territorial atlântica a preparar pelas entidades promotoras.

No Litoral Alentejano (concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago de Cacém, Sines e Odemira), deve ser referenciada a experiência de animação territorial do GAL PESCA Litoral Alentejano orientada para o desenvolvimento dos recursos marinhos e das comunidades piscatórias, uma parceria informal de entidades, públicas e privadas, que asseguram representatividade setorial e territorial e que delegaram a gestão do DLBC Costeiro na ADL Associação de Desenvolvimento Local). Os objetivos e prioridades visadas pela Estratégia de Desenvolvimento Local (financiada pelo PO Mar 2020 e pelo PO Alentejo 2020), remetem para a promoção do desenvolvimento local e a diversificação das economias das zonas pesqueiras e costeiras através de empreendedorismo, da promoção do emprego sustentável e com qualidade, da promoção da inovação social nas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social.

Esta experiência (de animação territorial e gestão de fundos comunitários) afigura-se útil para explorar algumas Ações-tipo do **Plano de Ação para o Atlântico 2.0**, nomeadamente: Promover centros de ligação para impulsionar a cooperação entre empresas e formadores; Envolver os cidadãos em ações relacionadas com o oceano, na área atlântica da União Europeia; Educar os jovens e as comunidades costeiras sobre a evolução natural da costa; Desenvolver um projeto piloto “comunidades costeiras sem lixo”; e Promover negócios baseados na economia circular, desenvolver incentivos e esquemas de certificação ambiental.

Plano de Ação Cooperação Territorial
- Relatório Final -

Pilares	Objetivos	Ações-tipo
<i>I- Portos como porta de entrada e Eixos da Economia Azul</i>	1: Portos, portas de entrada para o comércio no Atlântico 2: Portos como catalisadores de negócios	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolver as auto-estradas RTE-T no Atlântico. •Criar uma rede de “portos verdes” em 2025. Operações portuárias. •Lançar uma estratégia atlântica para o gás natural liquefeito. •Desenvolver esquemas de incentivos ecológicos para melhorar as infraestruturas portuárias. •Desenvolver um “acelerador azul” para portos do Atlântico e incentivar a realização de negócios inovadores.
<i>II- Investir em “Blue skills” e Literacia Oceânica</i>	3: Qualidade da educação, formação e aprendizagem ao longo da vida 4: Literacia oceânica	<ul style="list-style-type: none"> •Identificar lacunas nas competências profissionais “azuis” na área atlântica da EU. •Promover centros de ligação para impulsionar a cooperação entre empresas e formadores. •Conciliar o mercado de emprego “azul” (empregadores e candidatos). •Lançar um currículo piloto de “literacia no Oceano Atlântico” •Criar 25 “escolas azuis” do Atlântico em 2025. Atrair os jovens para a economia azul. •Envolver os cidadãos em ações relacionadas com o oceano, na área atlântica da EU.
<i>III- Energia Renovável Marítima</i>	5: Promoção da descarbonização através do meio marinho	<ul style="list-style-type: none"> •“Green Deal” - importância da produção de vento como plataforma de transição para uma economia descarbonizada. •Definir os objetivos de implementação de energias renováveis marinhas nas regiões atlânticas. •Criar incentivos para a implantação de instalações inovadoras de energia renovável. •Reunir iniciativas de energias renováveis marinhas no espaço atlântico da UE, com base nos objetivos do plano estratégico de tecnologia energética (Plano SET)-futuro com baixas emissões carbónicas. •Desenvolver um quadro específico de energia oceânica para as ilhas da EU, no Atlântico.
<i>IV- Oceano Saudável e Resiliente</i>	6: Maior resiliência costeira 7: A luta contra a poluição marinha	<ul style="list-style-type: none"> •Garantir um sistema abrangente de alerta e observação de tempestades, tsunamis e inundações na região atlântica da EU. •Desenvolver espaços de teste, áreas piloto para testar métodos de proteção costeira. •Compilar um inventário de estratégias de adaptação nacionais e regionais, vinculadas às avaliações e planos de avaliação e de gestão de riscos. •Educar os jovens e as comunidades costeiras sobre a evolução natural da costa. •Desenvolver um projeto piloto “comunidades costeiras sem lixo.” •Promover negócios baseados na economia circular, desenvolver incentivos e esquemas de certificação ambiental.

Na ótica do Alentejo, entende-se haver vantagem em explorar as vertentes mais próximas da valorização dos recursos marinhos, apoiando a I&D+I e a iniciativa empresarial, e das energias renováveis. Nesse sentido, recupera-se também o conjunto de Tipologias de ação já identificadas na Iniciativa-âncora Economia do Mar do **Plano de Ação Regional Alentejo 2020**, as quais devem ser objeto de reconsideração crítica pelas entidades promotoras, à luz do Plano de Ação para o Atlântico 2.0 e das intervenções de cooperação territorial europeia.

Plano de Ação Cooperação Territorial
- Relatório Final -

✓ **Setor tradicional da pesca e aquicultura:**

- Promover o empreendedorismo e apoiar o desenvolvimento de empresas com potencial de exportação
- Consolidar a fileira da pesca e da produção aquícola e adaptar a capacidade de transformação do pescado ao potencial crescimento produtivo associado à aquicultura
- Incentivar a concentração da oferta e uma maior organização dos produtores do pescado
- Apoiar o uso das TIC para redução de custos de contexto nas atividades marítimas
- Promover a renovação geracional e o rejuvenescimento do setor, bem como melhorar o nível de educação e de competências dos pescadores
- Melhorar as competências em gestão em todas as atividades da economia do mar, em particular nas pescas e aquicultura e indústria transformadora do pescado
- Fomentar a mobilidade entre setores como a pesca e o turismo marítimo e a aquicultura
- Criar mecanismos de definição e promoção de carreiras, contribuindo para a dignificação e valorização dos profissionais do setor.

✓ **Atividades emergentes e sustentabilidade:**

- Apoiar as PME na área de produtos e serviços de TIC, designadamente associados às atividades marítimas
- Apoiar as empresas facilitadoras de negócios inovadores e start-ups em atividades marítimas
- Melhorar acessibilidades tecnológicas e fomentar a utilização de soluções inovadoras sob a forma de serviços partilhados
- Alargar a implantação da banda larga e a introdução das redes de elevado débito através do “ConnectingEuropeFacility”, assim como de Tecnologias Facilitadoras Essenciais (KET) em associação às atividades marítimas
- Fomentar o desenvolvimento de atividades de I&D diretamente relacionadas com as potencialidades dos recursos pesqueiros regionais e a sua aplicação empresarial
- Reforçar o interesse na consolidação e expansão de centros de excelência ligados ao mar e ao oceano, nas suas diversas componentes
- Desenvolver o setor energético, através de energias renováveis offshore, com efeito de arrastamento a atividades de construção de plataformas offshore, de criação de áreas piloto, de ligação às redes elétricas onshore e de utilização de robótica e de TIC que acrescentarão valor à economia nacional
- Promover o transporte marítimo “(deepseashipping”, “short seashipping” e auto-estradas do mar), em articulação com o Porto de Sines e as plataformas multimodais
- Promover a articulação entre a gestão integrada das zonas costeiras e o ordenamento do espaço marítimo
- Fomentar o ensino de novas profissões ligadas a atividades marítimas em desenvolvimento (náutica, cruzeiros, aquicultura, energias offshore, biotecnologia marinha, recursos minerais marinhos,...).

Plano de Ação Cooperação Territorial - Relatório Final -

5 - NECESSIDADES DE GOVERNAÇÃO

A Agência para o Desenvolvimento e a Coesão (ADC) recomenda a observância de um conjunto de princípios na conceção e gestão dos instrumentos de Cooperação territorial que contribuam para melhorar a eficácia da participação das entidades beneficiárias e os níveis de concretização de objetivos e resultados esperados. Entre esses princípios, salienta-se:

- as expectativas dos atores territoriais devem ser tidas em conta de modo a forjar uma identidade territorial;
- a capacidade institucional deve ser reforçada promovendo uma maior participação de decisores políticos;
- a coordenação entre todos os programas deve ser melhorada, tendo por base uma participação técnica qualificada e interveniente;
- a concorrência entre programas deve ser evitada, também mitigando os riscos de sobreposição geográfica e temática;
- as parcerias devem subordinar-se a criar impacto no território e na vida dos cidadãos.

Na ótica da CCDR Alentejo, afigura-se importante conferir uma efetiva importância política à cooperação transfronteiriça, que contribua para a concretização adequada das múltiplas intenções manifestadas nas cimeiras ibéricas e comissões luso espanholas, mediante a articulação, operacionalização e monitorização das estratégias e prioridades de intervenção nos territórios de fronteira, procurando ultrapassar os constrangimentos provenientes das disparidades entre os modelos de organização político-administrativa entre Portugal e Espanha.

As lições retiradas das experiências de gestão dos diversos programas sugerem a necessidade de melhorar os níveis de desempenho em diversos domínios de gestão e acompanhamento:

- garantia do princípio da parceria e da governação multinível nas atividades de preparação e implementação dos programas;
- alargamento da parceria a dimensões como a avaliação, funcionamento de grupos de trabalho e acompanhamentos específicos;
- adequação da composição e das funções (estratégicas e operacionais) dos Comité de Acompanhamento;
- seleção de projetos focada em projetos estratégicos e com impacto mais objetivo;
- ponderação entre investimento físico/Investimento imaterial;
- mecanismos de garantia de transparência entre stakeholders/beneficiários;
- capacitação das organizações regionais já existentes (Euroregiões) e instrumentos já existentes (tratado de Valência);
- atores a envolver para fazer face aos obstáculos fronteiriços (dimensão central vs. respostas regionais);
- papel dos projetos experimentais para superar obstáculos em domínios específicos (educação, formação, saúde,).

A CCDR Alentejo deve estimular a **constituição de “plataformas colaborativas transfronteiriças”** para relançar a cooperação transfronteiriça em torno de estruturas colaborativas de proximidade (Euro-regiões e Euro-cidades) e dinamizando formas de inteligência coletiva territorial facilitadas pelas ferramentas da sociedade digital.

**Plano de Ação Cooperação Territorial
- Relatório Final -**

Racional da estrutura do POCTEP Portugal-Espanha 2021-2027

Objetivos específicos	Ações - tipo a financiar
<p align="center">Prioridade 1. Fortalecer o espaço transfronteiriço aproveitando o potencial da cooperação para melhorar a competitividade empresarial, consolidar o ecossistema científico e tecnológico, e fomentar a digitalização</p>	
<p>OE 1.1. Melhorando as capacidades de investigação e inovação e a assimilação de tecnologias avançadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades de investigação e inovação em centros públicos de investigação, no ensino superior e em centros de competências, incluída a criação de redes (investigação industrial, desenvolvimento experimental, estudos de viabilidade). • Investimento em ativos imateriais em centros públicos de investigação e no ensino superior diretamente vinculados a atividades de investigação e inovação. • Ações que promovam a transferência de tecnologia para o setor privado e a comercialização da inovação para promover a entrada de empresas ou melhorar a posição competitiva no mercado. • Ações de intercâmbio de pesquisadores e estudantes de fronteira para o desenvolvimento, produção e divulgação de ciência e tecnologia.
<p>OE 1.2. Aproveitando as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e as Administrações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Digitalização das PME (incluindo negócios eletrónicos e comércio eletrónico e processos empresariais em rede, polos de inovação digital, laboratórios vivos, ciber-empresendedores, empresas emergentes baseadas nas TIC, comércio eletrónico entre empresas), especialmente nos principais setores da zona de cooperação. • Soluções TIC para a Administração, serviços eletrónicos, aplicações. • Apoio para o desenvolvimento de habilidades digitais • Promover soluções conjuntas para o desenvolvimento e fortalecimento da supercomputação e processamento de dados; para o desenvolvimento e acesso a plataformas abertas e espaços de dados industriais para inteligência artificial. • Promover projetos de proteção (cibersegurança) da economia digital, da sociedade e do espaço transfronteiriço. • Serviços e aplicações para competências digitais e inclusão digital. • Serviços e aplicações de e-Saúde (incluindo e-atendimento, Internet das coisas para a atividade física e vida quotidiana assistida pelo ambiente (<i>Ambient Assisted Living (AAL)</i>)).
<p>OE 1.3. Fomentando o crescimento e a competitividade das PMEs</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades de investigação e inovação em microempresas em pequenas e médias empresas incluindo a criação de redes (investigação industrial, desenvolvimento experimental, estudos de viabilidade). • Desenvolvimento empresarial e internacionalização das PMEs. • Ações de desenvolvimento e cooperação empresarial para a internacionalização de PME; desenvolvimento de pesquisas e internacionalização em co-promoção; rastrear projetos, permitindo a identificação de pontos fortes e fracos da inovação, qualificação e internacionalização das empresas. • Apoio a projetos de economia circular para desenvolver ideias inovadoras que contribuam para o crescimento sustentável. • Serviços avançados de apoio às PMEs e clusters de PMEs (incluindo serviços de gestão, marketing e conceção). • Apoio a polos e redes de empresas inovadoras, em particular em benefício das PMEs. • Processos de inovação nas PMEs (processos, organização, comercialização, criação conjunta, e inovação centrada no utilizador e orientada para a procura)).

**Plano de Ação Cooperação Territorial
- Relatório Final -**

Objetivos específicos	Ações - tipo a financiar
Prioridade 2. Fomentar a cooperação para maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos do território e o desenvolvimento de setores chave, avançando na especialização inteligente.	
<p>OE 1.4. Desenvolvendo capacidades para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento das capacidades de especialização inteligente, transição industrial e empreendedorismo. • Incubação de empresas segregadas (criadas a partir de outra iniciativa, como spin-offs, subsidiárias, etc.), sementes e suporte para as mesmas. • Incubação de spin-off, capital semente, start-up e apoio às mesmas. • Transferência de tecnologia e cooperação entre empresas, centros de investigação e universidades.
Prioridade 3. Avançar na transição ecológica e adaptação às mudanças climáticas do espaço transfronteiriço através da cooperação como ferramenta para o fomento da economia verde e a economia azul.	
<p>OE 2.1. Promovendo medidas orientadas para a eficiência energética.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência energética e projetos de demonstração em PMEs e medidas de apoio. • Renovação da eficiência energética do parque imobiliário existente, projetos de demonstração e medidas de apoio. • Renovação da eficiência energética das infraestruturas públicas, projetos de demonstração e medidas de apoio • Apoio às empresas prestadoras de serviços que contribuem para a economia com baixas emissões de carbono e para a resiliência face às alterações climáticas. • Sistemas de distribuição de energia inteligentes de média e baixa tensão (incluindo redes inteligentes e sistemas de TIC) e seu armazenamento. • Cogeração de alta eficiência, calefação e refrigeração urbanas.
<p>OE 2.2. Promovendo medidas orientadas para o fomento das Energias renováveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de alavancagem e desenvolvimento energias renováveis: eólica • Ações de alavancagem e desenvolvimento desenvolve energias renováveis: solar • Ações de alavancagem e desenvolvimento energias renováveis: biomassa • Ações de alavancagem e desenvolvimento energias renováveis: geotermia • Ações de alavancagem e desenvolvimento de outras energias renováveis (hidrogénio verde, água marinha). • Ações de alavancagem de uso de energias renováveis no transporte.
<p>OE 2.4. Promovendo a adaptação às alterações climáticas, a prevenção de riscos e a resiliência face às catástrofes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a processos de produção respeitosos com o meio ambiente, a circularidade da economia e economia azul. • Ações de promoção da gestão eficiente no consumo de materiais: redução, reutilização, reciclados como matérias primas, etc. • Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos relacionados com o clima: outros riscos, como tempestades e secas (incluída a sensibilização, a proteção civil e os sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes) e incêndios. • Prevenção e gestão de riscos naturais não relacionados com o clima (como terremotos) e de riscos relacionados com atividades humanas (como acidentes tecnológicos) incluída a sensibilização, a proteção civil e os sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes. • Valorização e a gestão adequada dos recursos agroflorestais que contribuem a uma maior resiliência do território e a prevenir secas extremas e eventos de inundação. • Ações para a recuperação e regeneração de áreas afetadas por desastres naturais.

Plano de Ação Cooperação Territorial
- Relatório Final -

Objetivos específicos	Ações - tipo a financiar
	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão das e conservação dos recursos hídricos (incluída a gestão das bacias hidrográficas, medidas específicas de adaptação à mudança climática, reutilização, redução de escapes), no marco da Diretora do Água. • Ações relacionadas com a quantidade, a qualidade, o planeamento, o uso eficiente, o rastreamento e a conservação da água.
Prioridade 4. Proteger e conservar a biodiversidade nos espaços naturais e valorizar os ecossistemas naturais e o meio ambiente urbano do espaço transfronteiriço através da cooperação.	
<p>OE 2.7. Promovendo a biodiversidade, as infraestruturas verdes no meio urbano e reduzindo a poluição.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção, restauro e uso sustentável dos espaços Natura 2000 e dos espaços dotados de qualquer elevado nível de proteção (ZEPA). • Valorização de espécies, plantas e animais, autóctones; • Atividade agrícola tradicional que contribui para a preservação da biodiversidade; • Simbiose urbano-rural; • Proteção e uso sustentável dos recursos naturais, proteção da natureza e da biodiversidade e “Infraestruturas verdes”; • Ações de planeamento, melhoria e gestão conjunta de áreas naturais; • Proteção da biodiversidade dos ecossistemas marinhos e do espaço marítimo-terrestre; • Promoção do tratamento de resíduos comerciais, industriais ou perigosos; • Ações para erradicar as práticas mais poluentes e nocivas ao meio ambiente.
Prioridade 5. Promover a cooperação para o desenvolvimento de condições de vida atrativas na zona fronteiriça em termos de inclusão social, igualdade de oportunidades e acesso aos serviços públicos transfronteiriços.	
<p>OE 4.1. Melhorando a eficácia dos mercados de trabalho e o acesso ao emprego de qualidade, mediante o desenvolvimento da inovação social e as infraestruturas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ações para melhorar o acesso ao emprego. • Ações para promover o acesso ao emprego para os desempregados de longa duração. • Ações específicas de apoio ao emprego juvenil e à integração e integração socioeconómica dos jovens • Ações de apoio ao ajuste entre procura e oferta de emprego e transições no mercado de trabalho • Ações para promover a participação das mulheres e reduzir a segregação de gênero no mercado de trabalho • Ações para um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado para enfrentar os riscos para a saúde, incluindo a promoção da atividade física.
<p>OE 4.2. Melhorando o acesso a serviços inclusivos e de qualidade no âmbito da educação, a formação e a aprendizagem permanente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ações para melhorar o acesso equitativo à educação de qualidade. • Ações de intercâmbio escolar transfronteiriço. • Estratégias conjuntas para impedir o abandono escolar na área transfronteiriça. • Ações de formação de adultos que aumentem o seu nível de qualificação profissional. • Desenho curricular comum em temas transversais, como educação ambiental e consumo responsável. • Apoio à adaptação à mudança de trabalhadores e empresários transfronteiriços com base na formação permanente.
<p>OE 4.4. Garantindo a igualdade de acesso à assistência sanitária, incluída a atenção primária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ações para melhorar o acesso equitativo e oportuno a serviços de qualidade, sustentáveis e acessíveis. • Ações para melhorar a acessibilidade, eficiência e resiliência dos sistemas de saúde. • Ações para desenvolver recursos compartilhados na área da saúde na área transfronteiriça.

**Plano de Ação Cooperação Territorial
- Relatório Final -**

Objetivos específicos	Ações - tipo a financiar
	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável. • Digitalização no setor de saúde para facilitar o acesso compartilhado no espaço transfronteiriço. • Ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável.
Prioridade 6. Impulsionar através da cooperação transfronteiriça o desenvolvimento de estratégias multissetoriais de desenvolvimento local integrado e sustentável.	
OE 5.2. Fomentando o desenvolvimento integrado em matéria social, económica e ambiental, o património cultural e a segurança, em particular nas zonas rurais e costeiras através de um desenvolvimento local participativo.	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de proteção, desenvolvimento e promoção dos ativos do turismo público e serviços de turismo afines. • Ações de proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e os serviços culturais. • Ações de proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e o turismo ecológico. • Ações de regeneração do meio físico e segurança de espaços públicos.
OE-Interreg: Uma melhor governação dos programas	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de melhoria da capacidade institucional das administrações públicas. • Ações de promoção e fortalecimento da cooperação jurídica e administrativa. • Outras ações para apoiar uma melhor governação da cooperação. • Ações para identificação de entraves administrativos, legais ou legais de fronteira, entre outros. • Ações preparatórias para a formulação de estratégias integradas de desenvolvimento territorial. • Ações setoriais para a eliminação de obstáculos fronteiriços (educação, transporte e mobilidade, saúde ...).

EXTRAÍDO DO PROJETO DE ESTRATÉGIA CONJUNTA E PROJETO DE ESTRUTURA DO PROGRAMA

POCTEP 2021-2027, DEZEMBRO DE 2020.

Plano de Ação Cooperação Territorial - Relatório Final -

ANEXO- ELEMENTOS DE CONTEXTO

A Cooperação Territorial Europeia (Programa INTERREG), tem-se revelado um relevante instrumento para apoiar a cooperação entre parceiros de diferentes Estados-Membros e entre estes e os países terceiros, tendo por objetivo promover o desenvolvimento económico, social e territorial harmonioso da União Europeia no seu conjunto. Neste enquadramento tem sido possível:

- (i) abordar desafios comuns e encontrar soluções partilhadas em diferentes domínios (da saúde, da investigação e da educação, dos transportes ou da energia sustentável e outros); e
- (ii) implementar ações conjuntas e intercâmbios de políticas entre agentes nacionais, regionais e locais, públicos, associativos e privados.

Nos últimos ciclos de programação, os programas de cooperação territorial têm enquadrado a integração da Região e dos seus agentes em iniciativas, redes e projetos de cooperação territorial, constituindo uma aposta estratégica, na ótica da valorização dos recursos e da qualificação das intervenções dos atores do território, em atividades que visam responder a constrangimentos estruturais e potenciar novas oportunidades.

No entanto, os ritmos, os “estados de necessidade” e a capacitação institucional, do Estado, das organizações e empresarial, são territorialmente muito diversos e, de um modo geral, bastante fragilizados em grande parte dos territórios de fronteira e adjacentes.

A participação do Alentejo em projetos de cooperação com a Andaluzia e o Algarve e com a Extremadura e o Centro, tem evidenciado isso mesmo existindo assimetrias entre as componentes territoriais dos financiamentos e na experiência e capacitação das entidades beneficiárias, assimetrias que têm limitado as potencialidades associadas à cooperação territorial e constituem uma debilidade a corrigir, num novo ciclo de programação.

Os elementos de **avaliação intermédia do POCTEP 2014-2020 (Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal)** disponíveis (Avaliação de Eficácia e de Eficiência e Avaliação de Impacto) exercícios realizados em 2020 e focados nos projetos co-financiados na 1ª Convocatória, permitem sistematizar um conjunto de traços principais das dinâmicas em presença:

- as Áreas de Cooperação Territorial (ACT) que abrangem o Alentejo representam cerca de um terço dos projetos aprovados na 1ª fase do POCTEP, destacando-se a ACT da Região com o Algarve e a Andaluzia (23 projetos), enquanto a ACT com o Centro de Portugal e a Extremadura teve 21 projetos aprovados;
- o montante da despesa pública aprovada nos 23 projetos aprovados na Área de Cooperação Alentejo/Algarve/Andaluzia ascendem a 21,663 milhões de euros, valor que apoiou 143 beneficiários de territórios muito heterogêneos (zonas costeiras, urbanas e rurais);
- na Área de Cooperação do Alentejo com o Centro e a Extremadura, a despesa pública aprovada foi muito mais elevada (42,843 milhões de euros) em projetos que abrangeram 180 beneficiários predominantemente instituições de conhecimento e tecnológicas ainda que com intervenção em territórios de carácter rural;

Plano de Ação Cooperação Territorial - Relatório Final -

Distribuição de projetos aprovados na 1ª Convocatória, por Eixo e ACT

ACT	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Total
Galiza/Norte de Portugal	8	5	12	7	32
Norte de Portugal/ Castela e Leão	4	3	7	2	16
Castela e Leão / Centro de Portugal	4	3	3	2	12
Centro de Portugal/Extremadura/Alentejo	6	5	7	3	21
Alentejo/Algarve/Andaluzia	6	4	10	3	23
Pluri-regional	7	6	12	5	30

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Coopera 2020.

- nas duas Áreas de Cooperação, observa-se um ligeiro predomínio dos projetos dos Eixos 3 e 1 (Crescimento sustentável - prevenção de riscos e gestão dos recursos naturais; e Crescimento inteligente - promoção da inovação), a par do peso dos promotores institucionais (entidades de regulação setorial), seguidas pelas instituições de ensino superior e I&DI geradoras de conhecimento em parcerias de média e grande dimensão tendencialmente favorecedoras de intercâmbio e transferência;
- o envolvimento de atores-chave institucionais (principais beneficiários) conseguiu impulsionar parcerias importantes à escala local/transfronteiriça;
- o grupo mais representado nas aprovações da 1ª convocatória foi o dos agentes socioeconómicos que se ocupam da dinamização da cooperação público-privada e do desenvolvimento de atividades produtivas;
- os agentes do conhecimento e transferência de tecnologia têm uma forte presença influenciando a criação, disseminação e transferência de conhecimento, elementos de reforço da competitividade territorial e da capacidade de inovação dos espaços de cooperação transfronteiriça;
- a presença do tecido empresarial entre os beneficiários é residual, fruto da natureza deprimida das zonas de fronteira sendo importante prolongar esforços para alcançar uma maior participação dos agentes rurais e entidades de pequena escala no acesso aos apoios para conseguir incorporar de forma significativa os benefícios do Programa nos tecidos sócio-produtivos;
- na maior parte dos projetos co-financiados tem participado pelo menos dois tipos de agentes, sobretudo do conhecimento e tecnologia, em articulações com a Administração pública no desenvolvimento de projetos da I&D+I, e com associações de desenvolvimento local e regional, com tradição de intervenção em processos do desenvolvimento territorial;
- os benefícios na esfera ambiental – princípio transversal e Eixo do POCTEP - não têm revelado intensidade de contributos por parte dos projetos co-financiados no âmbito da 1ª Convocatória; no entanto, com enquadramento no Objetivo Temático Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos foram aprovados vários projetos com o objetivo de conservar e proteger a biodiversidade e o património natural protegido da área transfronteiriças.

O Relatório da Avaliação destaca, ainda, a aprovação na 3ª Convocatória de três projetos com o carácter estratégico/estruturante na ACT Alentejo - Algarve - Andaluzia.

As tabelas seguintes sintetizam informação adicional acerca dos projetos aprovados na relação com entidades beneficiárias do Alentejo.

**Plano de Ação Cooperação Territorial
- Relatório Final -**

Projetos POCTEP com entidades beneficiárias do Alentejo, por NUT III

NUT	Projetos	Beneficiários	Despesa Total (€)	Despesa Beneficiários(€)	Beneficiários Alentejo (%)
Alentejo Litoral	3	4	5.871.530	991.466	16,9
Baixo Alentejo	23	31	49.402.316	4.067.037	8,2
Alto Alentejo	21	32	53.946.161	3.685.630	6,8
Alentejo Central	44	67	149.295.376	14.616.537	9,8
Alentejo	91	134	258.515.384	23.360.672	9,0

Fonte: <https://www.poctep.eu/pt-pt/inicio-2014-2020>

A tabela evidencia o peso do Alentejo Central nos projetos co-financiados com cerca de metade (48,3%) das aprovações e 62,5% do montante de despesa, envolvendo um total de 67 beneficiários. A presença de promotores institucionais (Universidade de Évora, EDIA, ADRAL, ...) e a capacidade de estruturação de redes destas entidades e outras sediadas no Alentejo Central, fundamenta a relevância patente nos dados das aprovações.

Um segundo elemento de destaque remete para o papel das entidades regionais co-financiadas onde se observa uma menor presença e relevância de entidades do Alentejo, enquanto entidades beneficiárias principais. Assim, na 1ª Convocatória, houve apenas seis operações lideradas por entidades do Alentejo, conforme consta da tabela seguinte.

Projetos POCTEP com entidades como beneficiária principal do Alentejo

PI	Operação	Beneficiário (Principal)	Despesa		
			Total (€)	Beneficiário Alentejo	
				Montante (€)	%
6D	Valorização ambiental e gestão integrada da água e dos habitantes no Baixo Guadiana transfronteiriço	Associação para Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do de Mértola (ADPM)	1.001.980	113.333	11,3
6D	Proteção e conservação do Lince Ibérico	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA (EDIA)	1.371.374	73.317	5,3
6C	Rotas e Desenvolvimento Cultural no Lago Alqueva 2020	Associação Transfronteiriça do Lago Alqueva (ATLA)	3.100.828	200.000	6,4
1A	Instituto Internacional de Investigação e Inovação do Envelhecimento	Universidade de Évora	1.346.288	266.666	19,8
5B	Unidades Transfronteiriças de sensibilização, proteção e intervenção em emergências	Cruz Vermelha Portuguesa - Estrutura Local de Beja	739.818	266.563	36,0
1B	Cooperar para crescer no setor das plantas aromáticas e medicinais	Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura (ADC Moura)	623.275	50.000	8,0
Total			8.183.565	969.880	11,9

Legenda: PI 1 - Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu; PI 1B - A promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior; PI 5B A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes; PI 6C - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural; PI 6D - A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da Rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes.

Fonte: <https://www.poctep.eu/pt-pt/inicio-2014-2020>

Plano de Ação Cooperação Territorial - Relatório Final -

Não obstante a condição de beneficiários principais destas entidades, de um modo geral, constata-se uma expressão de menor relevo do respetivo envelope financeiro, com percentagens frequentemente inferiores a 10% das dotações financeiras dos projetos apoiados.

Paralelamente, salienta-se a relevância do volume de despesa aprovada em projetos de prioridades de investimento referentes ao desenvolvimento do património natural e cultural e à proteção e reabilitação da biodiversidade e solos e da promoção dos sistemas ecológicos/infraestruturas verdes.

Finalmente, sistematiza-se na tabela seguinte informação relativa à participação de entidades beneficiárias do Alentejo no âmbito de outros programas Interreg (Atlantic Area, MED, SUDOE e Europe).

Na análise salienta-se o envolvimento em projetos de áreas temáticas relevantes para a região e que se afiguram com interesse na produção de resultados que apoiem uma participação mais qualificada das entidades regionais, sobretudo em domínios de prioridade com interesse estratégico para o Alentejo, no contexto das orientações do Pacto Ecológico Europeu e das escolhas da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI Alentejo 2030):

- Eficiência no uso da água, através da utilização de energias renováveis;
- Inovação social e responsabilidade social empresarial;
- Dinamização do setor cultural e criativo;
- Fomento do crescimento sustentável da economia azul;
- Estratégias de desenvolvimento turístico sustentável assentes na valorização da herança mediterrânica;
- Estratégias de inovação das redes e clusters de atividades da economia azul;
- Restauração de cadeias de biodiversidade e variedades endógenas (agro-sistemas e ambientes naturais);
- Gestão sustentável da biodiversidade e desenvolvimento socioeconómico de áreas rurais;
- Experimentação e desenvolvimento de atividades da economia circular;
- Valorização bem sucedida de resultados da I&D+I - estratégias comerciais.

**Plano de Ação Cooperação Territorial
- Relatório Final -**

Projetos Aprovados com beneficiários do Alentejo, por Programa Interreg

Programa	Projetos Aprovados c/beneficiários do Alentejo
INTERREG Atlantic Area – Key Documents	ATLANTICNETSKY EAPA_133/2016 - Developing and consolidating an Atlantic network of natural sites as astrotourism destinies
	EERES4WATER - Promoting energy-water nexus resource efficiency through renewable energy and energy efficiency
INTERREG Mediterranean – Governing Documents and Annual Reports	+RESILIENT - Mediterranean Open REsouRcEs for Social Innovation of SocialLy Responslve ENTerprises
	CHEBEC - Hacking the Mediterranean economy through the Creative and Cultural sector
	EDUFOOTPRINT - School low carbon footprint in Mediterranean cities
	ENERJ - Joint actions for energy efficiency
	iBLUE - Investing in sustainable blue growth and competitiveness through 3-pillar business model (3-PBM)
	INHERIT - SUSTAINABLE TOURISM STRATEGIES TO CONSERVE AND VALORISE THE MEDITERRANEAN COASTAL AND MARITIME NATURAL HERITAGE
	LABELSCAPE - Integration of sustainability labels into Mediterranean tourism policies
	MISTRAL - Mediterranean Innovation STRAtegy for transnational activity of clusters and networks of the Blue Growth
	Prominent MED - Public procurement of innovation boosting green growth in the Mediterranean area
	STEPPING - Supporting the EPC public procurement in going-beyond
	SuSTowns - Enhancing SUStainable tourism attraction in small fascinating med TOWNS
WETNET - Coordinated management and networking of Mediterranean wetlands	
INTERREG SUDOE	FLEURS LOCALES - Biodiversity restoration chains by native seeds in Mediterranean vineyards, agrosystems and natural environments
	NanoSen-AQM - Development and approval of low cost and consumption nano-sensors system to monitor on real time the air quality
	TWIST - Transnational Water Innovation STRategy
	VALUEPAM - Valuation of forest aromatic and medicinal plants: sustainable management of vegetal biodiversity and socio-economic development of rural areas in SUDOE territory
INTERREG Europe	CityZen - Enhancing scalable innovations and new business models based on urban farming ecosystem values
	RAMSAT - Revitalizing Remote And Mountainous areas through Sustainable Alternative Tourism
	LCA4Regions - Improved Environment and Resource Efficiency through use of Life Cycle Instruments for implementation of regional policies of the European Union
	CircPro - Smart Circular Procurement
	EIS - Everywhere International SMEs
	InnoBridge - Bridging the innovation gap through converting R&D results into commercial success in a more effective and efficient way

Entre os elementos de balanço da experiência de cooperação transfronteiriça, a CCDR Alentejo assinala a necessidade de corrigir a assimetria/desequilíbrio financeiro entre Portugal e Espanha na distribuição dos montantes destinados à cooperação, que criam constrangimentos em sede de execução de projetos, colocam entraves e desequilíbrios ao trabalho entre os promotores e ocasionam verbas não alocadas por falta de capacidade financeira do lado português.

Paralelamente, é referenciado outro elemento que poderia apoiar uma maior intervenção e interesse de entidades na iniciativa e desenvolvimento de projetos: a simplificação de procedimentos e agilização

Plano de Ação Cooperação Territorial
- Relatório Final -

substantial dos pagamentos de reembolsos de despesas, atenuando os complexos procedimentos (mesmo que mais leves e desmaterializados) que desincentivam muitos beneficiários a candidatar-se a este tipo de apoios.

A tabela seguinte identifica um conjunto de projetos de cooperação enquadrados pelo POCTEP 2014-2020 que correspondem a apostas estratégicas das euroregiões Alentejo/Centro/Estremadura e Alentejo/Algarve/Andaluzia, em matéria de promoção de investimentos, de uso e conservação de recursos naturais e de interconetividade.

Prioridades Estratégicas	Projetos
<i>Promoção de infraestruturas de Investigação e Inovação</i>	<ul style="list-style-type: none">• Apoio a projetos estruturantes nas áreas da Indústria 4.0 (CIU3A)• Criação de redes de Universidades e Centros tecnológicos (INNOACE e IDERCEXA)• Desenvolvimento de projetos e iniciativas para atração de investimento especializado (AERIS e INDUPYMES)
<i>Transferência de conhecimento</i>	<p>(Promoção do espírito empresarial - ideias para fortalecer o tecido empresarial e produtivo)</p> <ul style="list-style-type: none">• Economia Circular (ECO2CIR e LOCALEIR)• Indústrias Culturais e Criativas (Magallanes) (Ecosistemas empreendedores)
<i>Gestão de Recursos Naturais Uso e Conservação de Recursos naturais</i>	<ul style="list-style-type: none">• Centro de Investigação e Luta contra Incêndios Florestais (CILIFO) (Infraestruturas, equipamentos e serviços partilhados)
<i>Logística</i>	<ul style="list-style-type: none">• Plataforma Logística do Sudoeste Europeu (em articulação com o eixo ferroviário Sines-Madrid)• Janela Única Logística (CALSIBA).